

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

05
Out
2017

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

MUDANÇAS

Sérgio Gama será próximo presidente do TJ

Eleição, marcada para hoje, deve conduzir Annibal de Rezende Lima ao comando do TRE-ES

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) elege hoje o novo presidente que comandará a Corte pelos próximos dois anos. O cargo, tradicionalmente, cabe ao desembargador mais antigo que ainda não esteve na cadeira. Assim, o atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), Sérgio Gama, será o sucessor de Annibal de Rezende Lima à frente do Judiciário estadual.

A vice-presidência ficará com Ney Batista Coutinho. Já para o cargo de corregedor-geral é cotado o desembargador Samuel Meira Brasil.

O novo presidente do TRE, por sua vez, deve ser o próprio Annibal, relatam fontes do Judiciário. O desembargador foi alçado à presidência do TJ em 2015 após Álvaro Bourguignon abrir mão do posto. Por isso, o atual presidente do TJES não ocupou, anteriormente, a presidência da Corte eleitoral. O nome do atual corregedor-geral do TJES, Ronaldo Gonçalves de Sousa, também havia sido ventilado para a presidência do TRE.



Desembargador Sérgio Gama vai assumir o TJES

A posse da nova Mesa Diretora do TJES para o biênio 2018/2019 ocorrerá em dezembro.

Sérgio Gama fez carreira no Ministério Público Estadual e é desembargador desde o ano 2000. Ele tem 71 anos e é natural de Alegre.

PÓS-CRISE

Ao menos até agora, a situação financeira do Judiciário está mais confortável. Quando Annibal assumiu, recebeu como herança uma crise sem precedentes. A despesa com pessoal estava acima do limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ainda na gestão anterior, de

Sérgio Bizzotto, medidas duras começaram a ser adotadas para reverter a situação. E Annibal adotou ainda outras mais.

De acordo com o último relatório de gestão fiscal, referente ao período de setembro de 2016 a agosto de 2017, o gasto com folha de pagamento do Judiciário estadual foi de R\$ 704.238.370,86, o equivalente a 5,66% da receita corrente líquida do Estado. O percentual está abaixo do chamado "limite máximo" da LRF (6%), e também abaixo do limite prudencial (5,7%), mas ainda acima do limite de alerta (5,4%).

Sérgio Gama deve ser eleito hoje presidente do Tribunal

O atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Sérgio Gama, deve ser eleito hoje presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

A eleição vai acontecer às 14 horas, no Salão Pleno do TJ-ES. Além do novo presidente e do vice-presidente, serão eleitos o corregedor-geral da Justiça, o vice-corregedor, o ouvidor judiciário e seu suplente, o presidente e o vice-presidente/corregedor do Tribunal Regional Eleitoral.

A posse dos eleitos será em sessão solene, que acontece na última reunião do Tribunal Pleno no mês de dezembro, ordinária ou extraordinária. A Mesa Diretora vai atuar durante o biênio 2018/2019.



CARLOS ALBERTO SILVA

Familiares de Luiza fizeram protesto na frente do fórum, antes do julgamento. Eles temiam que acusado alegasse insanidade mental para se livrar de condenação

VINTE ANOS DE PRISÃO PARA ASSASSINO DE UNIVERSITÁRIA

Leandro Marins matou Luiza Mariano dentro de lavanderia

▲ VICTOR MUNIZ
▲ ELIS CARVALHO

O assassino da universitária Luiza Mariano da Silva, de 23 anos, morta dentro da lavanderia em que trabalhava, em Itapoã, Vila Velha, foi condenado pela Justiça a 20 anos de prisão.

Leandro Matheus Marins, 28 anos, foi preso em julho, e recebeu a sentença na tarde ontem, no Fórum de Vila Velha. Familiares da vítima chegaram a realizar um protesto, com medo que o criminoso alegasse problemas mentais e se livrasse.

A universitária foi encontrada morta dentro do banheiro de uma lavanderia na Rua Belo Horizonte,

no dia 29 de junho. O corpo da vítima possuía marcas de agressões físicas e também perfurações causadas por golpes de faca.

Poucos dias depois, em 7 de julho, Leandro Matheus Marins foi preso pelos policiais da Delegacia Especializada em Homicídios Contra a Mulher (DEHCM) e confessou o assassinato.

O assassino, após pedir que Luiza pegasse pertences da mulher dele, que havia trabalhado no local, a surpreendeu com uma gravata dentro do banheiro.

Em seguida, enforcou a universitária com um fio e a fureou diversas vezes, antes de roubar o dinheiro do caixa da lavanderia e o ce-



Leandro Matheus, preso dias após o crime, confessou a morte de Luiza Mariano



ARQUIVO

lular da vítima.

Na audiência, chegou a ser tratada a hipótese de problemas mentais do acusado, devido a um suposto vício em drogas.

Porém, segundo o juiz

José Augusto Farias de Souza, após análise dos autos do processo, não foi verificada a existência de qualquer tipo de doença em Leandro.

Assim, no final da tarde,

foi proferida a condenação do assassino a 20 anos de cadeia. A prima de Luiza, Patrícia Mariano, que estava no protesto, na porta do Fórum de Vila Velha, ressaltou que o desejo da família

era somente por justiça.

"A Luiza era o elo da nossa família toda. Estava sempre alegre e sempre bem. A gente precisa de justiça. Esse bandido não pode ser solto. Queremos ele preso para sempre", afirmou, antes da sentença ser dada.

A tia da universitária, a dona de casa Dalva da Silva Freitas, também havia clamado pela condenação de Leandro durante o protesto dos familiares.

"Nós queremos justiça. Esse monstro precisa ser punido, ele não pode ficar solto. Nossa vida virou de cabeça para baixo quando isso aconteceu. Estou vivendo a base de remédios e quero ver ele preso", disse.



IMAGEM TV GAZETA

"Espero que sirva de exemplo para quem pensa em tirar a vida de um inocente. É muito doloroso"

— PAULO GOMES
PAI DE LUIZA



IMAGEM TV GAZETA

"Não diminui a dor, mas dá um pouco de conforto saber que ele vai ficar preso por mais tempo"

— CLAUDIA MARIANO
MÃE DE LUIZA



CARLOS ALBERTO SILVA

"Ele estava dizendo que tem problemas mentais, mas confessou o crime e disse como fez"

— PATRÍCIA MARIANO
PRIMA DE LUIZA MARIANO

Assassino de universitária é condenado a 20 anos de prisão

O acusado Leandro Matheus Marins, 28 anos, assassino confesso da universitária Luiza Mariano da Silva, 23, morta dentro da lavanderia onde trabalhava no bairro Itapuã, em Vila Velha, no dia 29 de junho, foi condenado pela Justiça a 20 anos de prisão pelo crime de latrocínio – roubo seguido de morte.

Durante a audiência, que aconteceu na tarde de ontem, no Fórum de Vila Velha, familiares e amigos da estudante fizeram protesto silencioso: vestiram camisetas com a foto de Luiza e levaram cartazes pedindo justiça.



DAYANA SOUZA - 08/07/2017 E FACEBOOK

LEANDRO Marins está preso pela morte de Luiza

Assassino de universitária é condenado a 20 anos de prisão

Leandro Matheus Marins, 28 anos, já estava preso desde julho

O assassino da universitária Luiza Mariano da Silva, morta dentro da lavanderia em que trabalhava, em Itapoã, Vila Velha, foi condenado pela Justiça a 20 anos de prisão. Leandro Matheus Marins, 28 anos, foi preso em julho, e recebeu a sentença na tarde desta quarta-feira (4) no Fórum de Vila Velha.

PROTESTO

A família da universitária realizou um protesto na frente do Fórum de Vila Velha, na tarde desta quarta-feira (4), no bairro Boa Vista. A primeira audiência sobre o caso, que estava marcada para as 14h30, começou às 15 horas no local. Com cartazes e emocionados, os familiares de Luiza pediam por justiça. O pai da jovem, Paulo Gomes da Silva, contou que tem sido muito difícil conviver com a perda da filha.

Quero justiça. Sei que nada disso vai trazer minha filha de volta, mas eu quero justiça para esse monstro ficar um bom tempo preso e ninguém passar o que estamos passando. Minha menina era um anjo e esse monstro fez essa covardia

Pai de Luiza

A prima de Luiza, Marcela Santos, trabalhava na mesma rede de lavanderia, mas depois do crime, abandonou o serviço e os estudos para voltar para o Rio de Janeiro onde mora a família. "Tudo que queremos é justiça. A Luiza não merecia isso, ninguém merece na verdade. Ela era uma menina nova, tinha um futuro, uma vida inteira pela frente", lamentou Marcela.

Os familiares e a imprensa foram impedidos de entrar na audiência de instrução e julgamento. A mãe da universitária foi a única pessoa que o juiz liberou a entrada.

O CRIME

A universitária Luiza Mariano, de 23 anos, foi encontrada morta dentro do banheiro de uma lavanderia na Rua Belo Horizonte, em Itapoã, Vila Velha, no dia 29 de junho. O corpo da vítima possuía marcas de agressões físicas e também perfurações causadas por golpes de faca. Ela estava sozinha na hora do crime e teve o celular levado pelo assassino, que trancou a porta depois do crime.

Segundo familiares da vítima, a jovem era funcionária da lavanderia havia dois meses e tinha saído cedo de casa para mais um dia de trabalho. A mãe dela foi ao local para levar almoço para a filha e viu o estabelecimento fechado. Um tio de Luiza foi acionado, chamou um chaveiro e conseguiu entrar. O corpo da jovem estava dentro do banheiro.

Natural de São João da Barra, no Norte do Rio de Janeiro, a jovem cursava Psicologia na Universidade Vila Velha.

ASSASSINO CONFESSA O CRIME

Foi preso no dia 7 de julho o assassino da universitária Luiza Mariano da Silva, 23 anos, morta dentro da lavanderia em que trabalhava, no bairro Itapoã, em Vila Velha.

Leandro Matheus Marins Silva, de 28 anos, confessou o crime. Ele é marido de uma ex-funcionária da lavanderia. Segundo o delegado Janderson Lube, titular da Delegacia Especializada de Homicídio Contra a Mulher (DHPM), Leandro teria ido ao local atrás do dono do estabelecimento cobrar uma dívida da esposa referente à verba de rescisão do contrato dela.

O QUE O ASSASSINO DIZ

Segundo Leandro, na noite anterior ao assassinato, ele ingeriu bebidas alcoólicas e usou cocaína. Depois, já de dia, foi uma primeira vez à lavanderia, por volta das 9 horas da manhã, à procura do proprietário do estabelecimento. Lá encontrou Luiza, que informou a Leandro que o patrão não estava no local. Ele pediu o telefone do proprietário, mas Luiza negou a informação.

Ainda de acordo com o assassino, por volta das 10h40, ele retornou à lavanderia e pediu novamente o telefone do dono do estabelecimento e Luiza disse que não passaria. Naquele momento ele pediu que Luiza pegasse uma sombrinha e um chinelo que pertenciam à esposa dele (ex-funcionária do local). Quando Luiza pegou uma sombrinha e mostrou, ele disse que não era aquela. Luiza voltou ao banheiro para procurar e Leandro se aproveitou para dar um golpe de 'gravata' na vítima, a derrubando.

Luiza tentou se defender e pegou um objeto perfurante. Só que Leandro usou um fio de ventilador para enforcar a vítima e tomar o objeto cortante das mãos dela, dando três golpes no pescoço de Luiza. Em seguida, ele pegou o dinheiro do caixa, o celular da vítima e fugiu. O assassino diz que jogou o aparelho no canal de Itapoã, próximo ao local do crime.

Acusado de matar jovem em lavanderia no ES é condenado a 20 anos de prisão

Luiza Mariano da Silva, de 23 anos, trabalhava há dois meses no local. O crime aconteceu no dia 29 de junho, em Vila Velha.

O acusado de matar a universitária Luiza Mariano da Silva, de 23 anos, na lavanderia onde ela trabalhava, em Vila Velha, na Grande Vitória, foi condenado a 20 anos de prisão nesta quarta-feira (4), durante audiência no Fórum da cidade, segundo a decisão do juiz Augusto Farias de Souza. Leandro Matheus Marins, de 28 anos, está preso desde o dia 7 de julho.

A jovem foi encontrada morta com marcas de perfurações e agressão física no dia 29 de junho, dentro do banheiro da lavanderia onde trabalhava, que fica na Avenida Belo Horizonte, no bairro Itapoã, em Vila Velha.

A audiência começou às 14h30 e terminou com a condenação de Leandro. “Não havendo outras circunstâncias legais a serem analisadas, fixo a pena definitiva em 20 (vinte) anos de reclusão, e no pagamento de 10 (dez) dias multa”, diz a decisão do juiz.

O advogado de acusação, Waldyr Loureiro, comentou a rapidez na decisão. “A sentença foi muito rápida, o juiz foi muito probo, nós aguardávamos uma demora maior, mas felizmente foi tudo muito rápido. O próprio réu confessou o crime, a questão da violência usada, empregada naquela situação. Foi muito bárbaro o crime”, disse.

Leandro Matheus Marins foi condenado por latrocínio. “Foi considerado roubo seguido de morte. O crime de latrocínio começa com pena de 20 anos, um crime hediondo, e acredito que o acusado vai ficar bastante tempo na cadeia”, falou o advogado.

Antes da audiência começar, familiares de Luiza foram para a porta do Fórum de Vila Velha para protestar. Eles levaram cartazes e vestiam camisas com a foto da jovem.

Família e imprensa foram impedidos de entrar na audiência de instrução e julgamento. A mãe da universitária foi a única pessoa que o juiz liberou a entrada.

Confissão

Segundo a polícia, Leandro confessou o crime na época da prisão. A polícia chegou até ele através de imagens de videomonitoramento, que o flagraram rondando a região e entrando no local do crime no horário em que Luiza foi morta.

Leandro é casado com uma ex-funcionária da lavanderia e disse ao delegado que foi ao local para pegar o telefone do dono do estabelecimento, mas Luiza negou. Ele deixou a lavanderia e retornou minutos depois, para pedir o telefone do proprietário mais uma vez.

Diante da segunda negativa de Luiza, ele matou a funcionária. “Ele pediu que ela buscasse uma sombrinha e um chinelo da mulher dele, ex-funcionária da lavanderia. Quando Luiza foi ao banheiro buscar o objeto, ele se aproveitou e deu uma gravata nela”.

Leandro usou um fio de ventilador para enforcar a vítima e depois, com um objeto perfurante, golpeou o pescoço dela.

Leandro ainda contou à polícia que, depois do crime, voltou para o serviço e trabalhou normalmente.

Ele disse que tinha usado drogas na noite anterior ao assassinato e que se arrepende do crime.

Motivação

Questionado sobre o motivo da ida até a lavanderia, Leandro disse à polícia que foi a pedido da dona da loja em que trabalhava. Ela teria pedido que ele negociasse com a lavanderia um preço menor para a lavagem dos uniformes da empresa. Entretanto, a proprietária foi questionada pela polícia e negou a versão do suspeito.

A polícia acredita que, na verdade, Leandro foi até a lavanderia cobrar o pagamento referente à rescisão de contrato da esposa. “A motivação, ao que tudo leva a crer, foi esse desentendimento com a Luiza, quando ela não quis passar o telefone, somado ao estado alterado dele”, disse o delegado Janderson Lube.

O suspeito agora é investigado por homicídio qualificado, por motivo torpe e sem possibilidade de defesa da vítima.

Crime

A vítima estava sozinha e teve o celular levado pelo suspeito, que trancou a porta depois do crime, segundo a polícia. Duas câmeras de segurança que poderiam registrar o criminoso não estavam funcionando.

A jovem Luiza Mariano da Silva tinha 23 anos de idade, era estudante de psicologia da UVV e trabalhava na lavanderia, sozinha, há dois meses. Ela nasceu em São João da Barra, no Norte do Rio de Janeiro.

Relato do tio da vítima

O assessor Cezar Mariano, tio da vítima, disse para a reportagem da TV Gazeta que no dia do crime a sobrinha saiu cedo de casa e foi trabalhar. No horário de almoço, a mãe foi levar marmita para Luiza, bateu na porta e ela não atendeu.

Como a porta estava trancada e a jovem não atendida ao celular, a mãe chamou o tio. Cezar chegou à lavanderia, tentou abrir a porta e, em seguida, chamou um chaveiro.

Quando a lavanderia foi aberta, o tio encontrou a jovem morta. A equipe do Samu informou aos PMs que a mulher estava com marcas de agressões e facadas, dentro do banheiro.

O tio de Luiza, Cezar Mariano, falou com a reportagem da TV Gazeta e disse que, dias antes de ser morta, a jovem tentou evitar um assalto na lavanderia e foi ameaçada pelo criminoso.

Luiza havia dito ao tio que um homem, descrito por ela como um “nôia”, tentou roubar, dias antes, um cliente dentro da lavanderia. O assaltante iria levar a sacola do cliente e ela impediu. Ao ser impedido de cometer o crime, o homem disse que voltaria para matar a jovem. Este caso não foi confirmado pela polícia.

Acusado de matar universitária em lavanderia em Vila Velha é condenado a 20 anos de prisão

Leandro Matheus Marins Silva, de 28 anos, respondia pelo crime de latrocínio

O acusado de assassinar a universitária Luiza Mariano da Silva, de 23 anos, em Vila Velha, foi condenado a 20 anos de prisão pelo crime de latrocínio - roubo com morte. A audiência de instrução e julgamento de Leandro Matheus Marins Silva, de 28 anos, aconteceu nesta quarta-feira (04) no Fórum Desembargador Afonso Cláudio, em Boa Vista, Vila Velha.

O juiz José Augusto Farias de Souza, da 1ª Vara Criminal de Vila Velha, também condenou Leandro ao pagamento de dez dias-multa. Ainda segundo a sentença, a pena deverá ser cumprida em regime fechado. O magistrado também manteve a prisão do réu, ou seja, o mesmo não poderá recorrer da condenação em liberdade.

O crime

Luiza Mariano da Silva foi assassinada no último dia 29 de junho, na lavanderia onde trabalhava, em Itapoã. O corpo dela foi encontrado dentro do banheiro do estabelecimento e possuía perfurações provocadas por um objeto pontiagudo, além de marcas de agressões.

Leandro Matheus foi preso em casa, no dia 7 de julho, por policiais da Delegacia Especializada de Homicídio Contra a Mulher (DHPM), que conduziu as investigações. O suspeito confessou o crime e disse ao titular da DHPM, delegado Janderson Lube, que, na noite anterior ao crime, usou drogas e bebidas alcoólicas.

Leandro é companheiro de uma ex-funcionária da lavanderia onde a vítima trabalhava. De acordo com as investigações, ele foi ao local para cobrar o dinheiro referente à rescisão de contrato da esposa e teve um desentendimento com Luiza, que teria se recusado a passar o telefone de contato do dono do estabelecimento.

Após o crime, o suspeito fugiu do local levando o celular de Luiza e R\$ 65 em dinheiro.

Acusado de matar jovem em lavanderia no ES é condenado a 20 anos de prisão

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/acusado-de-matar-jovem-em-lavanderia-no-es-e-condenado-a-20-anos-de-prisao/6195663/>

Caso de jovem morta em lavanderia tem primeira audiência no ES

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-1edicao/videos/t/edicoes/v/caso-de-jovem-morta-em-lavanderia-tem-primeira-audiencia-no-es/6194355/>

Homem que matou universitária em Vila Velha é condenado a 20 anos de prisão

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/10/15071595051819757026.html>

Assassino de universitária é condenado a 20 anos de prisão

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/10/assassino-de-universitaria-e-condenado-a-20-anos-de-prisao-1014102448.html



Na baía

Esgoto sendo lançado na baía, na Avenida Beira-Mar, altura da Ilha de Santa Maria, Vitória
FOTO: Vitor Jubini



DISCUSSÃO CONTINUA. E A POLUIÇÃO TAMBÉM

Órgãos contestam lista, e esgoto segue poluindo o mar

▲ KATILAINE CHAGAS
▲ RAQUEL LOPES
▲ TATIANA MOURA

Com a divulgação da lista de órgãos públicos que ainda não fizeram a ligação à rede de coleta de esgoto, o “disse-me disse” começou: de um lado, a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) com a listagem oficial; do outro, prefeituras e instituições que alegam que as informações estão erradas. E, no meio dessa história, a qualidade de vida de toda uma população que, desmentidos à parte, continua à mercê de toda a sujeira que, antes ou depois de qualquer lista, continua a ser jogada no mar.

Só em Vitória, são jogadas diretamente no mar de 15 a 16 milhões de litros de esgoto in natura, não trata-

do, por dia, segundo Rubem Francisco de Jesus, procurador-geral da prefeitura.

“Isso tudo atinge a qualidade de vida urbana. Praias poluídas, pontos não balneáveis, desvalorização dos imóveis, risco de contaminação. Traz um prejuízo para a população”, afirma Antônio Sérgio Ferreira Mendonça, pós-doutor em Engenharia de Recursos Hídricos.

Segundo a lista da Cesan divulgada na última segunda-feira, há 83 prédios públicos sem ligação à rede. Nela foram citadas o nome das escolas e outros órgãos detalhadamente. No dia seguinte, a lista foi reformulada e só trouxe o nome das secretarias responsáveis.

As Prefeituras de Vitória e da Serra contestaram a lista. O Tribunal de Justiça



A GAZETA abordou caso em várias matérias

do Espírito Santo (TJES) também questionou e afirmou, ontem, que realizou vistoria no prédio das Varas da Infância e da Juventude de Vitória, na Vila Rubim, e constatou que “as instalações de esgoto do

imóvel estão ligadas na rede de esgoto da Cesan”.

O presidente da ONG Transparência Capixaba, Edmar Camata, destaca que a divulgação dessa lista pôde jogar luz sobre essa situação. “Não saber quem não está ligado à rede é uma falha grave. O que não tem motivo para existir é órgão público que não faz aquilo que ele próprio cobra da população.”

CESAN

Em contrapartida às contestações, a Cesan diz que os órgãos devem informar quando a ligação é feita. “São feitas vistorias todos os dias em todo o Estado. Mas há a obrigatoriedade de o cliente informar quando faz a interligação. Ocorre que entre

uma vistoria e outra, alguém pode não ter informado a ligação”, afirma Etelvina Jeveaux, gerente comercial da Cesan.

Ela confirma que a lista vai ser atualizada e divulgada todo dia 1º e 15 de cada mês. A Cesan não informava antes os nomes dos órgãos pois alegava direito do consumidor à privacidade. Mas a Comissão Mista de Reavaliação de Informações entendeu que são dados de interesse coletivo e que prevaleciam sobre o direito privado. Com isso, as informações foram regulamentadas pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (Arsp).

“Mas a Cesan já repassava essas informações para os órgãos fiscalizadores”, ressalva Etelvina Jeveaux.

PROBLEMA



“A consequência do sigilo era praia suja, poluição. Não saber quem não está ligado é uma falha grave”

EDMAR CAMATA
PRESIDENTE DA ONG
TRANSPARÊNCIA CAPIXABA



“Isso tudo atinge a qualidade de vida urbana. Praias poluídas, risco de contaminação”

ANTÔNIO SÉRGIO
PÓS-DOUTOR EM ENG.
DE RECURSOS HÍDRICOS

Órgãos contestam lista da Cesan e esgoto segue poluindo o mar

Só em Vitória, são jogadas diretamente no mar de 15 a 16 milhões de litros de esgoto in natura, não tratado, por dia, segundo Rubem Francisco de Jesus, procurador-geral da prefeitura

Com a divulgação da lista de órgãos públicos que ainda não fizeram a ligação à rede de coleta de esgoto, o “disse me disse” começou: de um lado, a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) com a listagem oficial; do outro, prefeituras e instituições que alegam que as informações estão erradas. E, no meio dessa história, a qualidade de vida de toda uma população que, desmentidos à parte, continua à mercê de toda a sujeira que, antes ou depois de qualquer lista, continua a ser jogada no mar.

Só em Vitória, são jogadas diretamente no mar de 15 a 16 milhões de litros de esgoto in natura, não tratado, por dia, segundo Rubem Francisco de Jesus, procurador-geral da prefeitura.

“Isso tudo atinge a qualidade de vida urbana. Praias poluídas, pontos não balneáveis, desvalorização dos imóveis, risco de contaminação. Traz um prejuízo para a população”, afirma Antônio Sérgio Ferreira Mendonça, pós-doutor em Engenharia de Recursos Hídricos.

Segundo a lista da Cesan divulgada na última segunda-feira, há 83 prédios públicos sem ligação à rede. Nela foram citadas o nome das escolas e outros órgãos detalhadamente. No dia seguinte, a lista foi reformulada e só trouxe o nome das secretarias responsáveis.

As Prefeituras de Vitória e da Serra contestaram a lista. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) também questionou e afirmou, ontem, que realizou vistoria no prédio das Varas da Infância e da Juventude de Vitória, na Vila Rubim, e constatou que “as instalações de esgoto do imóvel estão ligadas na rede de esgoto da Cesan”.

O presidente da ONG Transparência Capixaba, Edmar Camata, destaca que a divulgação dessa lista pôde jogar luz sobre essa situação. “Não saber quem não está ligado à rede é uma falha grave. O que não tem motivo para existir é órgão público que não faz aquilo que ele próprio cobra da população.”

CESAN

Em contrapartida às contestações, a Cesan diz que os órgãos devem informar quando a ligação é feita. “São feitas vistorias todos os dias em todo o Estado. Mas há a obrigatoriedade de o cliente informar quando faz a interligação. Ocorre que entre uma vistoria e outra, alguém pode não ter informado a ligação”, afirma Etelvina Jevaux, gerente comercial da Cesan.

Ela confirma que a lista vai ser atualizada e divulgada todo dia 1º e 15 de cada mês. A Cesan não informava antes os nomes dos órgãos pois alegava direito do consumidor à privacidade. Mas a Comissão Mista de Reavaliação de Informações entendeu que são dados de interesse coletivo e que prevaleciam sobre o direito privado. Com isso, as informações foram regulamentadas pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (Arsp).

“Mas a Cesan já repassava essas informações para os órgãos fiscalizadores”, ressalva Etelvina Jevaux. Moradores notificados não conseguem fazer ligações

Moradores de Fradinhos, em Vitória, estão sendo notificados e até cobrados pela taxa de esgoto, assim como acontece em vários outros bairros. O problema é que boa parte deles não consegue nem se conectar à rede de esgoto da Cesan porque não existe disponibilidade.

Um dos problemas, segundo eles, é que algumas ruas estão acima do nível das casas e da rede de esgoto domiciliar. As caixas da Cesan, onde o esgoto deve ser ligado, também estão acima, o que impos-

sibilita a ligação.

É o que acontece com o aposentado Edilson Layber, de 61 anos. A rede de esgoto da casa dele fica a cerca de 1,5 metro abaixo do nível da rua porque a via passou por vários aterros depois da construção da casa. "Fizeram a vistoria falando que eu tinha ligado a linha de esgoto, mas eu não liguei. Estou pagando por algo que não estou usando. Não tem como. Só se quebrar minha sala toda", lamenta.

Outro problema é uma galeria pluvial que passa no meio da Rua José Malta, via de acesso a Fradinhos. A Cesan admite que só há possibilidade de disponibilizar rede de esgoto de um lado de parte da rua, porque não tem como atravessar a tubulação nessa galeria.

O presidente da Associação de Moradores de Fradinhos explica que esse é o principal empecilho encontrado pelos moradores. "Essa galeria é antiga. Tem mais de 50 anos. Tem casas do lado direito e do esquerdo. Tem um lado, onde passa a rede, que as casas puderam ser ligadas. Mas do outro não dá, por causa da galeria, que tem que ser atravessada", explica.

CESAN

A Cesan admite que existe o problema no bairro. Segundo a companhia, há um projeto para que do lado direito da Rua José Malta, onde está a galeria, seja disponibilizada a rede de esgoto. Ainda não há previsão de quando as ações serão colocadas em prática.

Segundo o gerente metropolitano norte da Cesan, Luiz Cláudio Victor Rodrigues, a execução do estudo deve envolver a escavação manual de vias e calçadas e também de rochas que existem na região, para que a rede de esgoto chegue próximo às casas dos moradores. Entre as ações previstas para a região está o rebaixamento das caixas de esgoto.

22 prédios de Vitória estão integrados

Dos 42 prédios da Prefeitura Municipal de Vitória divulgados pela Cesan, 22 já estão ligados. Os que ainda não estão interligados à rede pública possuem fossa de filtro e não despejam esgoto "in natura" no meio ambiente. O procurador-geral da PMV, Rubem Francisco de Jesus, informou que, até o final de outubro os locais que tiverem rede coletora da Cesan terão ligação de esgoto.

Serra: escola incluída em lista tem conexão

Ao contrário do que foi divulgado pela Cesan, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Aldary Nunes, em Serra-Sede, na Serra, possui ligação à rede de esgoto. A reportagem esteve na unidade nesta quarta à tarde e foi recebida por funcionários da Secretaria Municipal de Obras que mostraram a ligação.

Funcionários da escola ficaram indignados ao verem o nome da instituição na lista divulgada pela Cesan no último dia 2. "A Cesan denegriu a imagem da prefeitura e da nossa escola, foi uma falha muito grande. Antes de falarmos qualquer coisa, temos que fazer uma apuração dos fatos", avaliou a merendeira Solange Soares, 39.

A fala de Solange é engrossada pela opinião do coordenador Diego Barcelos, 34. "Para falar as coisas tem que provar. A escola está funcionando perfeitamente", disse.

CASO MILENA GOTTARDI

Polícia investiga imagens do condomínio do casal

Denúncias repassadas à Polícia Civil apontam que Hilário Frasson teria contratado investigador para vigiar Milena Gottardi

Francine Spinassé
Jéssica Cardoso

Mesmo com seis suspeitos de participação na morte da médica Milena Gottardi Tonini Frasson, 38 anos, já presos temporariamente, a Polícia Civil ainda investiga mais informações sobre o crime.

O titular da Delegacia Especializada em Homicídio contra a Mulher, delegado Janderson Lube, solicitou imagens das câmeras de videomonitoramento do prédio onde Milena morava no dia 16 de setembro, dois dias após o crime.

A médica foi baleada, quando saía do Hospital das Clínicas, em Vitória, em 14 de setembro.

Entre os presos acusados de serem mandantes do crime, estão o marido da médica, o policial civil Hilário Antônio Fiorot Frasson, 44, e o sogro dela, Esperidião Carlos Frasson, 71.

Segundo informações repassadas à Polícia Civil e que fazem parte do inquérito, Hilário teria ido até a casa de Milena, em Vitória, no último dia 16 de setembro, às 8 horas, quando uma vizinha trancava a casa a pedido da família.

Ela teria avisado que ele não po-



O POLICIAL CIVIL Hilário Frasson foi preso como um dos suspeitos de mandar matar a mulher, Milena (destaque)

deria entrar, mas o marido de Milena teria feito buscas na casa, especialmente no quarto da médica e no banheiro, por um período entre 15 e 20 minutos.

As informações ainda são de que Hilário também teria tentado contratar uma pessoa para atuar como "investigador particular." Entre as missões dessa pessoa, Hilário teria pedido que ela instalasse câmeras escondidas na casa da médica para acompanhar sua rotina, segundo o inquérito. Os fatos ainda estão sen-

do investigados.

No mesmo dia em que teria ido à casa de Milena, por volta das 8h30, Hilário esteve no Departamento Médico Legal (DML) de Vitória para liberar o corpo da mulher, com quem estava em processo de divórcio, que não tinha sido concluído.

Lá, ele teve o aparelho celular recolhido pelo delegado Janderson Lube. Entre pontos investigados após recolhimento do aparelho, está o fato de que Hilário teria

pesquisado pornografia por volta das 7 horas daquele dia.

Além de participar da liberação do corpo, Hilário ainda esteve no local do crime no dia em que tudo aconteceu, demonstrando estar abalado. No dia seguinte, ainda no hospital, também permaneceu no local, juntamente com familiares.

Hilário Frasson foi preso no último dia 21, apontado como um dos mandantes. Em depoimento, ele permaneceu em silêncio a todo momento.

Pronto-socorro é batizado com o nome da médica

Como forma de homenagem à médica Milena Gottardi, 38 anos, um decreto do governador Paulo Hartung determinou que o novo Pronto-Socorro do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória (HINSG), que será levado para o Hospital da Polícia Militar (HPM), passe a ser chamado de Dra. Milena Gottardi.

A mudança foi publicada ontem no Diário Oficial do Estado. Por nota, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) respondeu que mais detalhes sobre o funcionamento da unidade serão divulgados amanhã. O irmão da médica, Douglas Gottardi, agradeceu, junto com a mãe dele, Zilca Gottardi, pela iniciativa.

"Queremos agradecer pela homenagem, pois o Hospital Infantil foi um lugar que ela sempre se dedicou e tentou fazer o melhor pelos seus pacientes. Ficamos felizes em saber que ela era tão querida pelos pacientes, funcionários e colegas de trabalho ao ponto de receber homenagem tão carinhosa", disseram mãe e filho, em comunicado.



PRONTO-SOCORRO: transferência

Brigas de vizinhos duram até 10 anos

De “puxadinho” em área coletiva à confusão por causa de jiboia, as confusões de vizinhança duram muito tempo na Justiça

Lucas Rezende

O dia a dia de um condomínio na Praia de Itaparica, em Vila Velha, nunca mais foi o mesmo desde que um morador começou a construir um “puxadinho” em forma de área de lazer no terraço do prédio, passando a usá-lo de forma privada.

O morador do andar de baixo, revoltado com as infiltrações, rachaduras, ranhuras e fungos na parede de sua suíte, causadas pela obra de cima, resolveu entrar na Justiça com uma série de pedidos: de indenização – a ser calculado

por um juiz – ao embargo total da obra. Desde então, já se passaram 10 anos.

“Moro no prédio desde 1995. O puxadinho é de 140m², numa área coletiva, que é terraço. E ninguém pode usar! Tem porta e muro! Desde então, até quando a gente se encontra na garagem, ele recua. O síndico também não fala direito comigo. Quando eu questionava sobre o assunto nas assembleias, terminavam os encontros para o assunto não seguir”, reclama.

Do outro lado da Terceira Ponte, em Jardim da Penha, na capital, outra briga entre vizinhos também foi parar na Justiça, com enfrentamento que durou três anos. Uma moradora, com pavor de cobras, queria expulsar a vizinha de porta, que criava uma jiboia como bicho de estimação.

“A vizinha que entrou na Justiça alegava que tinha alucinações e pesadelos, sonhava que a cobra entrava na casa dela. Alegou também



PRAIA de Itaparica: obra no terraço de um edifício (destaque) é motivo de conflito entre vizinhos do mesmo prédio

que era idosa. No final, após três anos, foi feito acordo e a dona da jiboia se comprometeu a instalar telas de proteção na portas e nas janelas para evitar a possível fuga do bicho”, lembra o advogado imobiliário Diovano Rosetti.

Também especialista no ramo, o advogado João Vitor Guimarães Vaz lembra que quando as brigas no condomínio alcançam ares de calúnia, difamação e injúria, as disputas judiciais são cada vez mais frequentes e duram mais.

“Há brigas de vizinhos mais sérias e acaloradas que entram na área criminal e cível, caindo na Justiça comum, o que acaba retardando muito mais o processo pelas questões tradicionais da celeridade da Justiça”, acrescenta.

DANOS MORAIS

Os labradores da discórdia

Um condomínio na Praia da Costa, em Vila Velha, entrou na Justiça para parar tirar dois labradores do apartamento de uma moradora. A alegação era de que a convenção não permitia animais no condomínio.

A ré ficou apavorada, apresentando sinais de desespero em perder seus cães. Após quatro anos, fi-



cou comprovado de que, apesar da convenção, os animais não ofereciam risco algum. O abalo emocional na moradora ainda a rendeu uma vitória por danos morais.

SAIBA MAIS

Regras em convenções e regulamentos



“Há resoluções no juizado de pequenas causas, mas quando envolve calúnia realmente dura anos”

João Vitor Guimarães Vaz, advogado

cação, o quorum mínimo para deliberação e as sanções que devem recair sobre condôminos “infratores”.

Regulamentos

ESTABELECEM, DENTRE outras coisas, regulações sobre as áreas esportivas, praças e parquinhos, salões de festa, horários de funcionamento, sobre uso da piscina, quando houver, sobre a possibilidade ou impedimento de animais de estimação no condomínio, sobre volume de som, etc.

VALE LEMBRAR que o condomínio possui espaços de propriedade de todos os condôminos, chamadas de áreas comuns e as áreas de propriedade exclusiva, utilizadas de forma independente.

sica alta, animais que o condomínio não comporta, atos sexuais altos, uso de drogas, festas com venda de ingressos, entre outros, são causas pelo antissocial.

As punições

EM GERAL, o condomínio adverte a pessoa, multa e, se tornar impossível a convivência, entra com processo para solicitar a expulsão. O código civil prevê, dependendo da convenção, multa de cinco vezes a cota do condomínio ou até 10 vezes, caso haja reincidência.

SE FOR EXPULSO, o antissocial pode alugar ou vender o imóvel mas, em geral, as decisões preveem que ele não entre mais no imóvel.

Fonte: Pesquisa/AT.

CRIME CONTRA HONRA

Obra deu confusão

Durante quatro anos uma briga de vizinhos se arrasta na Justiça. Tudo começou quando uma moradora, fazendo obra num banheiro para colocar uma saboneteira, furou a parede, causando transformos para o restante do prédio.

Houve até discussão no hall do prédio, com acusações que renderam o processo por crime contra a honra, injúria, calúnia e difamação.

O caso ainda segue na Justiça, sem resolução.



Convenção

TODO CONDOMÍNIO deve ter sua convenção: o texto com as regras da vida em comum. Isto é determinado pelo Código Civil.

A CONVENÇÃO não pode ir contra a legislação vigente, nem criar proibições que esta não prevê, ficando automaticamente inválidas as cláusulas que incorrem neste erro.

O CONTEÚDO varia de condomínio para condomínio. Alguns exemplos: o valor das contribuições que os moradores devem pagar para despesas de manutenção e infraestrutura e a forma como o condomínio será administrado.

O DOCUMENTO geralmente também aponta o que pode ser definido nas assembleias, suas regras de convívio

Vizinho antissocial

SEGUNDO a legislação do Código Civil, de 2002, o vizinho antissocial é aquele que, apesar de levar multas, advertências, descumprir regularmente as regras de convívio social e as regras da Convenção e do Regimento Interno do condomínio. Ele desencadeia insegurança, desassossego e insalubridade no edifício. É a figura que torna insuportável a convivência.

RECENTEMENTE, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o condômino que sempre deve a cota de condomínio se enquadra no condômino antissocial, pois penaliza os demais moradores.

As brigas

PROBLEMAS frequentes, como barulhos em excesso, festas com mú-



“Síndicos poderiam apaziguar, fazendo valer o estatuto e o bom senso, antes da Justiça ser acionada”

Diovano Rosetti, advogado imobiliário

MPES DENUNCIA ESQUEMA PARA PROPINA EM FUNDÃO

Contrato de coleta de lixo era alvo de fraude que não se concretizou

4 VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redegazeta.com.br

Três dias depois de ver o grupo político sair vitorioso da eleição suplementar de Fundão, o ex-prefeito interino da cidade, Anderson Pedroni (PSD), foi denunciado pelo Ministério Público Estadual (MPES), ontem, por suspeita de negociação de propina com empresários do ramo da limpeza pública.

Ao todo, foram seis denunciados. Entre eles, Roberta Pedroni, ex-secretária de Saúde do município e irmã do ex-prefeito interino. Ela está na equipe de transição do prefeito eleito no último domingo, Pretinho Nunes (PDT).

Também foram denunciados o vereador Sandro Lima (PEN), o empresário Cláudio Nunes Braga, o advogado Sérgio Telles Vasconcellos e o irmão dele, Hélio Vasconcellos.

De acordo com a denúncia assinada pelo promotor de Justiça de Fundão, Egino Gomes Rios da Silva, o grupo agiu coordenadamente para que a empresa que presta o serviço de limpeza pública em Fundão fosse substituída por uma firma ligada a Cláudio.

CONCRETO

A narrativa não cita a concretização de pagamentos ou vantagens indevidas com relação ao contrato. No entanto, os fatos levantados, segundo a denúncia, são suficientes para apontar as responsabilidades. O texto narra que os denunciados praticaram fatos que "configuram a atuação de associação criminosa" e "delitos autônomos de corrupção passiva".

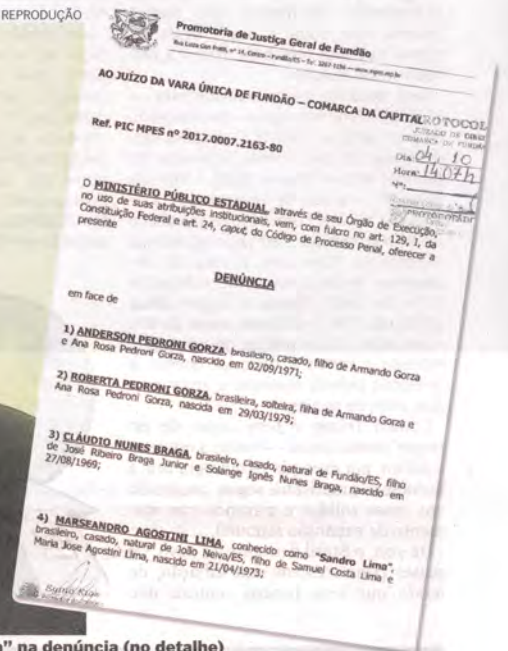
A denúncia pede à Justiça o afastamento das funções públicas do vereador Sandro e de Roberta Pedroni, que é servidora pública.

O texto diz que Anderson Pedroni "era o chefe da organização criminosa", pois "orientava os demais



Anderson Pedroni é citado pelo promotor como "chefe da organização criminosa" na denúncia (no detalhe)

RICARDO MEDEIROS/ARQUIVO E REPRODUÇÃO



integrantes e acompanhava os acontecimentos, mesmo que a distância cautelosa", agindo com o propósito de agradecer empresas e particulares que apoiaram sua candidatura".

O ESQUEMA

A denúncia é baseada nos relatos do empresário que responde pela Fortaleza Ambiental, empresa responsável pela coleta de lixo da cidade, que em seguida foi corroborada por depoimentos de outras dez testemunhas.

De acordo com o texto, que tem data de ontem, Roberta, acompanhada de Hélio e Cláudio, foi ao responsável pela Fortaleza dizer que ele deveria abrir mão do contrato em dezembro de 2016. É porque o grupo político teria deliberado que, a partir de 2017, o serviço deveria ser feito por empresa ligada a Cláudio e Hélio, uma vez que eles "haviam ajudado financeiramente" a campanha eleito-

AS ACUSAÇÕES

"Sandro e Roberta vêm se utilizando dos cargos não para o exercício de atividades legítimas, em prol do interesse público, mas para o atendimento dos interesses privados e pessoais da associação criminosa de que fazem parte"

"Vale registrar que as acusações ora deduzidas são graves. Não se trata apenas de gravidade abstrata. As condutas planejadas e reiteradas praticadas pelos denunciados revelam gravidade concreta"

DENÚNCIA DO MPES

ral de Anderson Pedroni.

Pedroni foi o mais votado no pleito de 2016, mas não assumiu porque a Justiça eleitoral indeferiu a candidatura dele.

Como o empresário disse que continuaria com o contrato, outras pressões aconteceram. O vereador Sandro Lima, que é do grupo de Pedroni, também passou a fazê-las, segundo a denúncia, inclusive com "manobras aparentemente legítimas", como denúncias para órgãos de investigação que "não foram escritas por ele".

Além disso, Pedroni e o Sandro Lima teriam sido vistos fotografando veículos que faziam a coleta de lixo hospitalar, "o que evidenciava que todos os acontecimentos envolvendo o caso eram de conhecimento de Anderson Pedroni".

Conforme o texto do promotor, Cláudio e Sérgio, em novo encontro com o representante da Fortaleza, falaram que trabalhavam com

CONTRATO

R\$ 500 mil

Era o valor máximo mensal pago à empresa. Média era R\$ 250 mil.

Pedroni e com Sandro e disseram que o grupo precisava de dinheiro para cobrir despesas. O valor seria equivalente a 10% dos cerca de R\$ 250 mil que a Fortaleza recebia mensalmente da prefeitura. Com o pagamento, a empresa poderia "permanecer, sem qualquer oposição ou embaraço" na execução do serviço até o final do prazo contratado.

"A oferta de propina foi apresentada diretamente por Cláudio Nunes Braga, agindo a mando e com ciência de Anderson Pedroni e Sandro Lima, contando com intermediação de Sérgio Vasconcellos",

escreveu o promotor.

Em seguida, em nova abordagem feita por Cláudio e Sérgio, teria havido um pedido expresso de pagamento de R\$ 30 mil, indevidos, por mês, o que também teria sido recusado.

Em um dos depoimentos anexados, a presidente da Comissão de Licitação da prefeitura confirmou ter recebido pressão para atender a interesses do grupo. Ela gravou conversas que teve com Cláudio Braga. A partir dos áudios, a Promotoria concluiu que ele atuou para "intimidar a testemunha" para que ela atuasse junto a outras instâncias da prefeitura em favor dele, "incutindo a ideia de que o contrato com a Fortaleza Ambiental deveria ser rescindido".

O prefeito interino de Fundão, Eleazar Lopes (PCdoB), também prestou depoimento. Ele falou em pressão de Sandro e Cláudio para "suspender o contrato imediatamente".

O OUTRO LADO

Advogado diz que acusação é "maluca"

Denunciados negam envolvimento em organização criminosa apontada na acusação

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpsereira@redgazeta.com.br

Denunciados pela Promotoria de Fundão por supostas irregularidades na área de limpeza pública negaram envolvimento em fraudes e desmereceram a acusação.

Advogado de Anderson e Roberta Pedroni, Felipe Osório afirmou que não teve acesso ao conteúdo da denúncia. Mesmo assim, disse que a considera absurda.

"Isso é o maior absurdo que existe no mundo. Esse

promotor está muito equivocado. O Anderson e a Roberta são vítimas. Tenho certeza que essa denúncia vai ser julgada improcedente. Anderson não fez acordo com esse pessoal. Não sei como esse promotor arrumou um jeito de fazer essa denúncia. É uma denúncia maluca, maluca. Não tive acesso a ela, mas sei que é. É mais uma pessoa fictícia contra uma rapaz humilde que virou liderança política, feita por um promotor despreparado. É uma peça hilariante", disse.

O vereador Sandro Lima (PEN) afirmou que foi alvo porque estava fazendo um trabalho de fiscali-

zação e que fez denúncia de irregularidades no atual contrato de limpeza pública. Ele é apontado como o "porta-voz" da associação criminosa.

"Eu fico até passado porque a gente, como vereador atuante, como fiscalizador, sofre isso. Todas as denúncias foram feitas no Ministério Público de Fundão. Isso é coisa de um empresário corrupto contra mim. Quero fazer um trabalho digno, fazer retornar o dinheiro aos cofres públicos e acontece isso", afirmou.

Segundo a denúncia, os fatos citados pelo vereador, sobre o contrato de limpeza vigente, são alvo



BERNARDO COUTINHO/ARQUIVO

Prefeitura de Fundão: fraude tinha como foco contrato de limpeza, diz denúncia

de outra investigação da Promotoria.

Acusado de participar de duas negociações de propina, Cláudio Nunes Braga também negou. Disse que há um complô para que as irregularidades do contrato vigente não sejam apuradas. Ele cita contas feitas pelo vereador Sandro e diz que a empresa que presta o serviço deveria devolver dinheiro ao município.

"Estão querendo desviar a realidade. Não tem comprovação de nada. Es-

tão esquecendo do fato maior. Quando vão devolver os R\$ 5 milhões? Depois que Sandro fez denúncia é que começaram a perseguir o rapaz", disse.

Apontado como intermediador de duas propostas de propina, Sérgio Vasconcelos afirmou que não tinha conhecimento da denúncia. "Eu fui chamado lá não como investigado. Sou advogado da empresa e falei que por isso não poderia prestar depoimento. E em hora nenhu-

ma apresentei ou participei de qualquer proposta nesse sentido."

Hélio Vasconcelos não foi localizado pela reportagem. O prefeito interino, Eleazar Lopes (PCdoB), e o eleito, Pretinho Nunes (PDT), não atenderam aos telefonemas.

Em entrevista após a eleição suplementar de domingo, Pretinho afirmou que sua prioridade será tirar da iniciativa privada e devolver ao município o serviço de limpeza pública de Fundão.

MPES denuncia esquema para propina em Fundão

Contrato de coleta de lixo era alvo de fraude que não se concretizou

Três dias depois de ver o grupo político sair vitorioso da eleição suplementar de Fundão, o ex-prefeito interino da cidade, Anderson Pedroni (PSD), foi denunciado pelo Ministério Público Estadual (MPES), nesta quarta-feira (4), por suspeita de negociação de propina com empresários do ramo da limpeza pública.

Ao todo, foram seis denunciados. Entre eles, Roberta Pedroni, ex-secretária de Saúde do município e irmã do ex-prefeito interino. Ela está na equipe de transição do prefeito eleito no último domingo, Pretinho Nunes (PDT).

Também foram denunciados o vereador Sandro Lima (PEN), o empresário Cláudio Nunes Braga, o advogado Sérgio Telles Vasconcellos e o irmão dele, Hélio Vasconcellos.

De acordo com a denúncia assinada pelo promotor de Justiça de Fundão, Eginó Gomes Rios da Silva, o grupo agiu coordenadamente para que a empresa que presta o serviço de limpeza pública em Fundão fosse substituída por uma firma ligada a Cláudio.

CONCRETO

A narrativa não cita a concretização de pagamentos ou vantagens indevidas com relação ao contrato. No entanto, os fatos levantados, segundo a denúncia, são suficientes para apontar as responsabilidades. O texto narra que os denunciados praticaram fatos que “configuram a atuação de associação criminosa” e “delitos autônomos de corrupção passiva”.

A denúncia pede à Justiça o afastamento das funções públicas do vereador Sandro e de Roberta Pedroni, que é servidora pública.

O texto diz que Anderson Pedroni “era o chefe da organização criminosa”, pois “orientava os demais integrantes e acompanhava os acontecimentos, mesmo que a distância cautelosa”, agindo com o propósito de agraciar empresas e particulares que apoiaram sua candidatura”.

O ESQUEMA

A denúncia é baseada nos relatos do empresário que responde pela Fortaleza Ambiental, empresa responsável pela coleta de lixo da cidade, que em seguida foi corroborada por depoimentos de outras dez testemunhas.

De acordo com o texto, que tem data de ontem, Roberta, acompanhada de Hélio e Cláudio, foi ao responsável pela Fortaleza dizer que ele deveria abrir mão do contrato em dezembro de 2016. É porque o grupo político teria deliberado que, a partir de 2017, o serviço deveria ser feito por empresa ligada a Cláudio e Hélio, uma vez que eles “havia ajudado financeiramente” a campanha eleitoral de Anderson Pedroni.

Pedroni foi o mais votado no pleito de 2016, mas não assumiu porque a Justiça eleitoral indeferiu a candidatura dele.

Como o empresário disse que continuaria com o contrato, outras pressões aconteceram. O vereador Sandro Lima, que é do grupo de Pedroni, também passou a fazê-las, segundo a denúncia, inclusive com “manobras aparentemente legítimas”, como denúncias para órgãos de investigação que “não foram escritas por ele”.

Além disso, Pedroni e o Sandro Lima teriam sido vistos fotografando veículos que faziam a coleta de lixo hospitalar, “o que evidencia que todos os acontecimentos envolvendo o caso eram de conhecimento de Anderson Pedroni”.

Conforme o texto do promotor, Cláudio e Sérgio, em novo encontro com o representante da Fortaleza, falaram que trabalhavam com Pedroni e com Sandro e disseram que o grupo precisava de dinheiro para cobrir despesas. O valor seria equivalente a 10% dos cerca de R\$ 250 mil que a Fortaleza recebia mensalmente da prefeitura. Com o pagamento, a empresa poderia “permanecer, sem qualquer oposição ou embaraço” na execução do serviço até o final do prazo contratado.

“A oferta de propina foi apresentada diretamente por Cláudio Nunes Braga, agindo a mando e com ciência de

Anderson Pedroni e Sandro Lima, contando com intermediação de Sérgio Vasconcellos”, escreveu o promotor.

Em seguida, em nova abordagem feita por Cláudio e Sérgio, teria havido um pedido expresso de pagamento de R\$ 30 mil, indevidos, por mês, o que também teria sido recusado.

Em um dos depoimentos anexados, a presidente da Comissão de Licitação da prefeitura confirmou ter recebido pressão para atender a interesses do grupo. Ela gravou conversas que teve com Cláudio Braga. A partir dos áudios, a Promotoria concluiu que ele atuou para “intimidar a testemunha” para que ela atuasse junto a outras instâncias da prefeitura em favor dele, “incutindo a ideia de que o contrato com a Fortaleza Ambiental deveria ser rescindido”.

O prefeito interino de Fundão, Eleazar Lopes (PCdoB), também prestou depoimento. Ele falou em pressão de Sandro e Cláudio para “suspender o contrato imediatamente”.

OUTRO LADO: Advogado diz que acusação é “maluca”

Denunciados pela Promotoria de Fundão por supostas irregularidades na área de limpeza pública negaram envolvimento em fraudes e desmereceram a acusação.

Advogado de Anderson e Roberta Pedroni, Felipe Osório afirmou que não teve acesso ao conteúdo da denúncia. Mesmo assim, disse que a considera absurda.

“Isso é o maior absurdo que existe no mundo. Esse promotor está muito equivocado. O Anderson e a Roberta são vítimas. Tenho certeza que essa denúncia vai ser julgada improcedente. Anderson não fez acordo com esse pessoal. Não sei como esse promotor arrumou um jeito de fazer essa denúncia. É uma denúncia maluca, maluca. Não tive acesso a ela, mas sei que é. É mais uma pessoa fictícia contra uma rapaz humilde que virou liderança política, feita por um promotor despreparado. É uma peça hilariante”, disse.

O vereador Sandro Lima (PEN) afirmou que foi alvo porque estava fazendo um trabalho de fiscalização e que fez denúncia de irregularidades no atual contrato de limpeza pública. Ele é apontado como o “porta-voz” da associação criminosa.

“Eu fico até passado porque a gente, como vereador atuante, como fiscalizador, sofre isso. Todas as denúncias foram feitas no Ministério Público de Fundão. Isso é coisa de um empresário corrupto contra mim. Quero fazer um trabalho digno, fazer retornar o dinheiro aos cofres públicos e acontece isso”, afirmou.

Segundo a denúncia, os fatos citados pelo vereador, sobre o contrato de limpeza vigente, são alvo de outra investigação da Promotoria.

Acusado de participar de duas negociações de propina, Cláudio Nunes Braga também negou. Disse que há um complô para que as irregularidades do contrato vigente não sejam apuradas. Ele cita contas feitas pelo vereador Sandro e diz que a empresa que presta o serviço deveria devolver dinheiro ao município.

“Estão querendo desviar a realidade. Não tem comprovação de nada. Estão esquecendo do fato maior. Quando vão devolver os R\$ 5 milhões? Depois que Sandro fez denúncia é que começaram a perseguir o rapaz”, disse.

Apontado como intermediador de duas propostas de propina, Sérgio Vasconcellos afirmou que não tinha conhecimento da denúncia. “Eu fui chamado lá não como investigado. Sou advogado da empresa e falei que por isso não poderia prestar depoimento. E em hora nenhuma apresentei ou participei de qualquer proposta nesse sentido.”

Hélio Vasconcellos não foi localizado pela reportagem. O prefeito interino, Eleazar Lopes (PCdoB), e o eleito, Pretinho Nunes (PDT), não atenderam aos telefonemas.

Em entrevista após a eleição suplementar de domingo, Pretinho afirmou que sua prioridade será tirar da iniciativa privada e devolver ao município o serviço de limpeza pública de Fundão.